

Escola japonesa ou escola brasileira?

Escola e educação de crianças brasileiras na cidade de Hamamatsu

MAXWELL, Roberto (2008). *Escola Japonesa Ou Escola Brasileira? - Escola e Educação de Crianças Brasileiras Na Cidade de Hamamatsu* in **Gaikokujin Shimin To Chiki Shakai He No Sanka - 2006 Nen Hamamatsu-shi Gaikokujin Choosa No Shoosai Bunseki**. Editado por IKEGAMI, Sugehiro. Hamamatsu, Shizuoka University Of Culture And Arts pp 103 - 111.

Resumo

Pais brasileiros no Japão costumam considerar duas possibilidades de educação para seus filhos: a “escola japonesa” ou a “escola brasileira”. “Escola japonesa” é a expressão utilizada no meio da comunidade étnica brasileira para se referir à escola pública local. Já “escola brasileira” refere-se às instituições de ensino privadas ou escolas étnicas. Este artigo busca compreender que fatores influenciam a escolha dos pais por um ou outro tipo de instituição de ensino. Através de teste estatístico, foi verificado que a intenção de retorno ao Brasil é o fator que tem maior influência na escolha do tipo de escola por pais de crianças em idade escolar residentes em Hamamatsu. Porém, a percepção de temporariedade destes trabalhadores migrantes vai de encontro com o aumento do período de estadia no Japão. Enquanto isso, boa parte das crianças brasileiras são submetidas a um programa educativo voltado para um futuro cada vez mais distante no Brasil.

Abstract

Brazilian parents living in Japan use to consider two possibilities for education of their children: the “escola japonesa” (Japanese school) and the “escola brasileira” (Brazilian school). “Escola japonesa” is the ethnic community expression for the local public schools. “Escola brasileira” refers to the private ethnic educational institutions. This article aims to understand the factors which influences the parental choice for one or another type of education. The results of a statistical analysis showed that the intention to return is the factor which have the strongest influence on this decision among parents of school-aged children living in Hamamatsu. Although those migrant workers perceive themselves as temporary, their length of stay in Japan is becoming longer. Meanwhile, some of their children are getting an education appropriated for a future more and more distant, in Brazil.

Escola japonesa ou escola brasileira?

Escola e educação de crianças brasileiras na cidade de Hamamatsu

Roberto MAXWELL

Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade de Shizuoka
Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1. Introdução

Há alguns anos, os estudos migratórios vêm dedicando um bom número de páginas à questão das crianças migrantes/crianças de imigrantes. O foco é o estudo dos padrões de adaptação das gerações subsequentes àquela que efetivamente migrou. Esse campo muitas vezes é negligenciado, sobretudo quando o debate segue por um viés econômico. Estudos passados apontavam como inevitável e certa a absorção do migrante pela sociedade receptora, ao longo das gerações. Novos estudos colocam em xeque essa idéia de que todos os grupos tendem a ser assimilados da mesma forma e propõem uma análise que considere as especificidades de cada grupo.

O Japão é considerado um dos “novos destinos de imigração” da contemporaneidade. A entrada do país na rota das movimentações populacionais transnacionais vem se dando através de um forte controle estatal e do privilégio à atração de grupos de descendentes de japoneses vivendo em países fortemente abalados pela instabilidade econômica e pela inserção tardia no processo de industrialização como o Brasil, o Peru, o Paraguai e a Argentina. No Japão, a opção por migrantes de ascendência japonesa responde a um anseio da maioria tradicional dos nacionais que procura evitar a presença de outros grupos étnicos no país afim de proteger a chamada “homogeneidade” da população do país. No entanto, com a chegada dos chamados *nikkei burajirujin* (brasileiros descendentes de japoneses), boa parte deles já completamente assimilados pela sociedade brasileira, as diferenças culturais se impuseram às semelhanças genéticas gerando uma série de conflitos entre migrante e o resto da sociedade. Esses conflitos foram bem descritos em TSUDA (2003) e não são o objeto deste trabalho.

Por seu caráter inicialmente temporário, o fluxo de sul-americanos descendentes de japoneses para a terra de seus ancestrais recebeu o nome de “movimento *dekassegui*”. Amplamente difundida na mídia do Brasil e do Japão, mas poucas vezes compreendida pelos falantes da língua de Camões, a palavra *dekassegui*¹ é formada por dois *kanji* (caracteres chineses): um significa “saída” e o outro “salário” ou “trabalho”. Juntos os caracteres formam uma palavra que significa, literalmente, “trabalhar longe de casa”. O vocábulo, portanto, comporta a idéia de estadia temporária e é empregada, no Japão, aos trabalhadores de províncias mais empobrecidas que se deslocam para áreas de maior concentração industrial. O migrante parte sozinho e a família, nesses casos, permanece nos locais de origem. Era o que ocorria com os brasileiros (e outros sul-americanos) que no início dos anos 90, aproveitando os benefícios incluídos nas alterações na Lei de Imigração japonesa, obtiveram visto especial para *nikkei* (descendentes de japoneses) e vieram trabalhar nas fábricas japonesas. A intenção da grande maioria dos migrantes era retornar após uma estadia de poucos anos, capitalizados para algum tipo de negócio.

Cerca de 20 anos depois, a situação do *dekassegui* é diferente. A intenção de retorno ainda é indicada como tendência em todas as pesquisas feitas com migrantes brasileiros no Japão. Dados extraí-

¹ 出稼ぎ, em *kanji*.

dos de um questionário aplicado na cidade de Hamamatsu e que será utilizado como base deste artigo, apenas 5,9% dos respondentes afirmou categoricamente que pretende se estabelecer no Japão. Porém, 54,5% deles vive no país há mais de cinco anos — mesmo considerando retornos e re-entradas. Representam 24,5% os que vivem no Japão há mais de 12 anos. Portadores de visto permanente somam 27,6% dos entrevistados.

Considerando que essa tendência não é exclusiva dos residentes em Hamamatsu, pode ser dizer que o migrante brasileiro no Japão não é mais temporário *de facto*, mesmo quando se percebe como tal. Essa ambiguidade foi cunhada por SASAKI com a expressão “permanentemente temporário” e pode ser considerada não apenas um estado emocional do migrante mas, também, norteador das políticas públicas promovidas pelo governo central japonês. Este, por um lado, frequentemente utiliza-se da mídia para apresentar medidas “em fase de estudo” com o objetivo de criar aquilo que considera como melhores condições de adaptação e inserção dos imigrantes na sociedade japonesa. Isso inclui, por exemplo, projetos que pretendem exigir fluência em japonês para concessão e renovação de vistos. Por outro, o mesmo governo federal relega aos poderes públicos locais o desenvolvimento de ações efetivas que promovam a integração destes imigrantes à sociedade.

Esse tipo de manejo político tem levado a alguns enganos e um deles é exatamente no campo da educação de crianças estrangeiras. Segundo a Constituição japonesa, a educação básica é considerada obrigatória apenas para crianças japonesas, entre 6 e 15 anos de idade. Isso não significa que as crianças estrangeiras vivendo no Japão não tenham acesso ao sistema público de ensino do país. Mas, abre brechas para que o governo se sinta desobrigado de oferecer educação básica a quem não tem nacionalidade japonesa, mesmo em idade escolar. Famílias brasileiras relatam que, no início do processo migratório, tiveram que encontrar cidadãos japoneses que se responsabilizassem perante a escola para que eles pudessem matricular seus filhos em estabelecimentos públicos.

Diante deste e de muitos outros problemas, e com a crescente demanda por educação, uma rede de escolas privadas se desenvolveu juntamente com outros serviços étnicos e passou a acolher as crianças brasileiras que acompanhavam seus pais no processo migratório. Chamadas de “escolas brasileiras”, elas se tornaram opção às “escolas japonesas”, recebendo boa parte das crianças migrantes brasileiras em idade escolar. Esse artigo, busca compreender, através de análises estatísticas e de material colhido em campo, quais são os fatores que influenciam os pais na escolha por uma escola para suas crianças na cidade de Hamamatsu.

2. Uma visão global sobre a educação de brasileiros em Hamamatsu e em cidades de alta concentração de imigrantes

Maior cidade da província de Shizuoka, Hamamatsu tem uma população de 824.210² habitantes e tem sua economia baseada na indústria, principalmente automobilística e de eletrônicos. Vindos de 80 países diferentes, os imigrantes somam 33.322 indivíduos ou cerca de 4% da população da cidade. Deste grupo, os brasileiros são 19.515 ou 58% dos estrangeiros dos registrados e quase 2,4% dos habitantes do município, que recentemente foi elevado à categoria de “cidade de designação governamental”, com autonomia em relação ao governo da província.

² Todos os dados de população neste parágrafo são referentes ao dia 31 de janeiro de 2008.

Segundo dados fornecidos pela Associação de Intercâmbio Multi-cultural de Hamamatsu (HICE) 1.090 brasileiros estavam matriculados em escolas públicas da cidade, 837 no *shoogakkoo*³ e 253 no *chuugakkoo*⁴. Os brasileiros que vivem no Japão referem-se às escolas públicas locais como “escolas japonesas”. Na Terra do Sol Nascente, o ensino fundamental é ministrado em 9 anos, sendo de responsabilidade das municipalidades. A prefeitura de Hamamatsu administra 112 estabelecimentos de *shoogakkoo* e 51 de *chuugakkoo*.

As matrículas nas escolas públicas devem ser feitas diretamente no Departamento de Educação da cidade, órgão que equivale às Secretarias Municipais de Educação do Brasil. O departamento oferece serviço de intérprete para os falantes de língua portuguesa. Em geral, a criança é encaminhada ao estabelecimento mais próximo de sua residência. São gratuitas as escolas públicas. Livro e material escolar são fornecidos pelo governo. Porém, uma pequena contribuição mensal para a manutenção das despesas cotidianas, merenda e excursões deve ser paga. Famílias que não possuem condições de arcar com a despesa podem solicitar isenção da taxa no Departamento de Educação.

As escolas com uma grande concentração de brasileiros possuem, ainda, um profissional destacado para orientar as crianças no processo de adaptação, nas dificuldades de aprendizagem e comunicação. Este profissional atua, ainda, como um elo entre a família e a escola. A cidade oferece, também, aulas de língua japonesa para estudantes do ensino fundamental. O curso tem uma carga horária semanal de quatro horas e é oferecido em apenas duas unidades escolares. Porém, qualquer aluno matriculado no município pode frequentar as aulas. De acordo com dados⁵ publicados pelo Encontro das Cidades Com Alta Concentração de Estrangeiros⁶ realizado em Tóquio no ano de 2006, a cidade de Hamamatsu dispunha de 57 profissionais para desempenhar tarefas de suporte a estudantes estrangeiros.

Pais que não desejam matricular seus filhos em escolas públicas podem optar pelas “escolas brasileiras”, ou seja, escolas étnicas voltadas para crianças brasileiras. O Departamento de Assuntos Internacionais da prefeitura de Hamamatsu reconheceu, em junho de 2007, a existência de 7 escolas étnicas latinas na cidade, a saber: Mundo da Alegria Gakko, Escola Brasil, Colégio Pitágoras, Escola Alegria de Saber, Escola Uno, Escola Cantinho Feliz e Escola Alcance. No final deste mesmo ano, a Escola Uno foi fechada.

Dados mais recentes organizados pela prefeitura de Hamamatsu mostram que 745 crianças estrangeiras em idade escolar estavam frequentando escolas étnicas na cidade no ano de 2007. Considerando que as escolas pesquisadas eram todas voltadas para brasileiros ou peruanos e que pesquisa anterior apontou que as crianças peruanas contavam menos de 10% do total de matriculadas em escolas étnicas, pode-se considerar que boa parte dessas crianças sejam brasileiras. Outro dado, este do já citado Encontro das Cidades Com Alta Concentração de Estrangeiros aponta para um número muito maior de crianças em escolas étnicas latinas: 1.135.

³ Shoogakkoo 「小学校」 corresponde aos seis primeiros anos de educação obrigatória. Seria comparado, no Brasil, ao Primeiro Segmento do Ensino Fundamental.

⁴ Chuugakkoo 「中学校」 corresponde aos três anos de educação compulsória subsquentes ao *shoogakkoo*. Corresponde, no Brasil, ao Segundo Segmento do Ensino Fundamental.

⁵ Os dados foram produzidos a partir de pesquisa realizada no ano de 2006 com 33 “escolas brasileiras” nas cidades de Ota, Oizumi, Ueda, Iida, Ogaki, Minokamo, Kani, Hamamatsu, Fuji, Iwata, Kosai, Toyohashi, Okazaki, Toyota, Nishio, Komaki, Tsu, Yokkaichi, Suzuka e Iga.

⁶ 「外国人集住都市会議」 em japonês.

Ainda segundo os dados do acima citado encontro, as escolas étnicas de Hamamatsu empregavam 131 profissionais, dentre eles 17 japoneses, no ano da pesquisa (2006). Essas escolas são privadas e algumas delas possuem o reconhecimento do Ministério da Educação brasileiro. Para tanto, elas precisam solicitar uma inspeção dos técnicos do órgão e seguir uma série de exigências burocráticas, dentre elas, produzir um extenso projeto político-pedagógico. Segundo dados da pesquisa supra-citada, das 33 escolas incluídas no levantamento, 17 afirmaram seguir o currículo estabelecido pelo Ministério da Educação brasileiro e outras nove produziram um currículo híbrido entre o que o órgão de educação brasileiro propõe e as especificidades da escola.

Em geral, o currículo conta com aulas de língua japonesa. A carga horária varia de 2 a 8 horas/aula semanais, sendo que a maioria dos estabelecimentos oferece apenas o mínimo. A pesquisa com as escolas localizadas em áreas de grande concentração de imigrantes mostra que apenas 11,9% das crianças matriculadas demonstrou conhecimento de língua japonesa suficiente para o dia-a-dia. Outros 16,4% afirmaram “falar um pouco” de japonês.

Os alunos costumam ficar o dia inteiro nas escolas. Dos estabelecimentos pesquisados, apenas um funcionava em horário de 8 horas e a grande maioria (15) declarou estar aberto por durante mais de 12 horas diárias. A extensa carga horária deve-se ao fato de que a maioria dos pais tem uma longa jornada diária de trabalho. As unidades funcionam de segunda a sábado e, algumas vezes, aos domingos. Não há um calendário de férias semelhante ao das “escolas japonesas” ou das escolas do Brasil. Em geral, as atividades sofrem recesso apenas durante os grandes feriados japoneses, três vezes ao ano. Quanto aos custos dos serviços, a pesquisa revela que as mensalidades giram em torno de ¥30.000 e ¥50.000⁷.

3. Desvendando os caminhos que levam à escola

Para explicar que fatores influenciam os pais no momento da escolha por uma escola brasileira ou japonesa, foram produzidas tabelas de contingência aplicando testes de chi quadrado aos dados coletados durante o ano de 2006 com habitantes brasileiros e peruanos da cidade de Hamamatsu. O objetivo foi verificar o efeito que algumas variáveis consideradas pudessem ter na hora da escolha pela escola pública ou pela escola étnica. Os dados da pesquisa foram organizados no trabalho Pesquisa sobre as Condições de Vida e Trabalho dos Estrangeiros de Origem Sul-americana da Cidade de Hamamatsu⁸.

Dentro do universo total de respondentes, foram escolhidos apenas aqueles que eram pais de crianças na faixa etária de 6 a 14 anos (a idade escolar no Japão). Somente dados referentes ao primeiro filho foram levados em consideração. Como variável dependente foi usado tipo de estabelecimento que no qual a criança estava matriculada no momento da pesquisa. Os estabelecimentos foram organizados em dois grupos: “escola japonesa” (escola pública) e “escola brasileira” (escola étnica). Três variáveis foram verificadas: nível salarial dos respondentes do sexo masculino, proficiência no idioma japonês e intenção de retorno ao Brasil. Outras variáveis foram testadas, mas para os fins deste artigo, apenas as três já citadas estarão em discussão. Em todas as tabelas de contingência foram descartados os dados referentes a “não respondeu” ou situações que correspondiam a valores estatísticos desprezíveis.

⁷ Entre R\$ 490,85 e R\$ 813,80, na cotação do dia 4 de março de 2008.

⁸ 浜松における南米系外国人の生活・就労実態調査

No universo de crianças alcançado pela pesquisa, 96,3% estavam matriculadas em algum estabelecimento de ensino no momento em que seus pais responderam o questionário. Dentre os primeiros filhos, a distribuição entre “escola japonesa” e “escola brasileira” foi a seguinte:

Tab1. Primeiros filhos por tipo de escola em que estava matriculado

	freq.	%	acum.
“escola japonesa”	248	41.6	41.6
“escola brasileira”	348	58.4	100
Total	596	100	

Considerando a hipótese de que pais com menor poder aquisitivo tendem a colocar seus filhos nas escolas públicas, foi aplicado o teste de chi quadrado tomando como variável independente os ganhos mensais dos respondentes do sexo masculino. Essa opção foi feita por uma razão principal: em geral, as mulheres recebem remuneração menor entre os migrantes brasileiros no Japão. Nesse caso, pode-se ver no resultado, a variável salário mensal não afeta de forma significativa a escolha por “escola japonesa” ou “escola brasileira”.

Tab. 2 - Tipo de escola por salário mensal dos respondentes do sexo masculino

salário mensal	“escola japonesa” (%)	“escola brasileira” (%)	Total (%)
até ¥ 200 mil	11	14	25
	44	56	100
de ¥ 210 a 250 mil	31	29	60
	51.7	48.3	100
de ¥ 260 a 300 mil	35	41	76
	46.0	54.0	100
de ¥ 310 a 350 mil	22	42	64
	34.4	65.6	100
mais de ¥ 350 mil	16	34	50
	32	68	100
Total	115	160	275
	41.8	58.2	100

Pr = 0.169

Apesar da cidade de Hamamatsu oferecer uma série de serviços para facilitar a relação das famílias com a escola, é possível que pais que não dominam a língua japonesa evitem a escola pública com receio de passar por constrangimentos na hora da matrícula, de não conseguir se relacionar com os professores e com outros pais ou, ainda, por considerar que não podem auxiliar os filhos nas tarefas de casa. Na pesquisa empírica, foram encontrados casos de pais que temiam que perder o contato com as crianças caso elas viessem a substituir o português pelo japonês como língua de uso cotidiano. Considerando essas questões colhidas em campo, foi considerada a hipótese de que pais com maior conhecimento de língua japonesa são mais inclinados a matricular seus filhos em escolas públicas que aqueles que possuem menor conhecimento do idioma. Na pesquisa, os respondentes deveriam se auto-avaliar nos quesitos leitura e escrita e conversação. Por fim, foram atribuídos pontos às respostas e as maiores pontuações representam maior fluência no idioma.

Nesse caso, verifica-se uma pequena correlação entre a escolha da escola e o domínio da língua japonesa. Analisando os dados absolutos pode se concluir que conforme o nível de fluência no idioma aumenta, menor é a diferença entre os dois grupos (“escola japonesa” e “escola brasileira”).

Tab. 3 - Tipo de escola por fluência em língua japonesa dos respondentes

fluência em japonês	“escola japonesa” (%)	“escola brasileira” (%)	Total (%)
4 - 6	33	76	109
	30.3	69.7	100
7 - 9	49	74	123
	39.8	60.2	100
10 - 12	69	90	159
	43.4	56.6	100
13 - 20	72	74	146
	49.3	50.7	100
Total	223	314	537
	41.5	58.5	100

Pr = 0.021

“Intenção de retorno” é um dos pontos mais considerados quando se debate a questão dos migrantes brasileiros no Japão. Como foi discutido na introdução, o início do chamado movimento *dekassegui* esteve intimamente ligado à idéia de uma estadia temporária no Japão. Inúmeras pesquisas mostram que a intenção de retorno desses migrantes é alta. Com os respondentes de Hamamatsu não foi diferente, como pode ser conferido na tabela abaixo:

Tab. 4 - Intenção de retorno ao Brasil

	Freq.	Percent	Cum.
Pretende se fixar no Japão	148	6.2	6.2
Pretende retornar em 3 anos	538	22.7	28.9
Pretende retornar em um prazo de até 10 anos	224	9.4	38.4
Pretende retornar, mas a longo prazo e sem prazo definido	982	41.4	79.8
Pretende mover-se entre o Brasil e o Japão	70	3.0	82.7
Não sabe	410	17.3	100
Total	2,372	100	

Porém, a alta proporção (41.4%) de pessoas que consideram o retorno sem prazo definido pode ser uma mostra de que este migrante, já experiente de tantas idas e vindas, parece começar a compreender sua estadia no Japão por um prazo mais longo que o desejado. Portanto, é possível hipotetizar que os pais que têm intenção de permanecer no Japão ou pretendem viver no país por um longo tempo tendem a matricular seus filhos nas “escolas japonesas” onde, pelo menos em tese, a criança receberia a mesma educação que os nativos e, no futuro, poderiam competir de igual para igual no mercado de trabalho.

O teste de chi quadrado encontrou significância na relação entre a intenção de retorno e a opção pela “escola brasileira” ou “escola japonesa”. 81,6% dos pais que pretendem fixar-se no Japão matricularam seus filhos em escolas públicas, enquanto 83,7% daqueles que pretendem retornar em três anos optaram pela escola étnica. Ou seja, pais pretendem se estabelecer voltar para o Brasil são mais inclinados a matricular seus filhos na “escola brasileira”. Mas, o que ocorre quando a família vai estendendo o prazo de retorno?

Tab. 5 - Tipo de escola por intenção de retorno

	“escola japonesa” (%)	“escola brasileira” (%)	Total (%)
Pretende fixar-se no Japão	40 81.6	9 18.4	49 100
Pretende retornar em 3 anos	16 16.3	82 83.7	98 100
Pretende retornar em um prazo de até 10 anos	21 29.6	50 70.4	71 100
Pretende retornar, mas a longo prazo e sem prazo definido	105 42	145 58	250 100
Não sabe	48 48	52 52	100 100
Total	230 40.5	338 59.5	568 100

Pr = 0.000

4. Conclusão?

Não há dúvidas de que a discussão acerca do futuro da minoria brasileira no Japão passa pelo acesso das crianças migrantes/crianças de imigrantes à educação. Apesar da carência de dados sistematizados sobre o tema, algumas pesquisas de campo qualitativas revelam que as perspectivas educacionais até agora traçadas para as crianças brasileiras/crianças de brasileiros no Japão falharam. SEKIGUCHI, que acompanhou um grupo de crianças brasileiras do *shoogakkoo* até a idade adulta, mostra histórias de fracasso escolar, abandono dos estudos e crianças que ingressam no mercado de trabalho nos mesmos tipos de trabalhos não-qualificados que seus pais. A pesquisa de campo para o presente artigo também encontrou relatos de jovens que não são alfabetizados nem em português

nem em japonês e que abandonam a escola e ingressam no mundo de trabalho ainda na idade escolar. Por outro lado, também já é possível ver filhos de migrantes brasileiros ingressando em universidades, embora não seja conhecido nenhum caso de aprovado em escolas do topo do disputado *ranking* japonês.

Na definição sobre que tipo de escola é mais adequado para a criança brasileira vivendo no Japão há alguns pontos que precisam ser pensados, não apenas no seio da família mas, também, da sociedade como um todo. O primeiro deles é acerca preciso da função da escola no caso específico dessas crianças migrantes/crianças de imigrantes. Seria integrar o indivíduo à sociedade a qual custo, sem respeitar as diferenças? Ou seria cuidar da segurança das crianças enquanto os pais trabalham? Poderia ser propiciar meios de se relacionar com o mundo exterior? Ou, ainda, manter os laços culturais do migrante e da criança do migrante com o país de origem? Quem sabe preparar a criança para o possível retorno ao Brasil? Ou mesmo reproduzir a mão-de-obra desqualificada para que esta nunca falte nas fábricas japonesas?

Outro ponto de debate são as consequências da escolha pela “escola brasileira” ou da escola pública na adaptação e inserção das crianças migrantes/crianças de migrantes à sociedade japonesa. Que futuro pode esperar aqueles que são matriculados na escola pública? Que tipo de ensino estão recebendo? Essas crianças manterão, no futuro, a língua materna de seus pais brasileiros? Tornar-se-ão monolíngues ou bilíngues? Alcançarão o mesmo nível de desenvoltura na língua local que os nativos? Serão capazes de concorrer em pé de igualdade com os nativos no mercado de trabalho? Por outro lado, pensando nas crianças matriculadas na “escola brasileira”, que futuro as espera se permanecerem no Japão, ao contrário das expectativas de retorno dos pais?

O desenvolvimento tecnológico facilita as práticas transnacionais e abre uma fissura nas antigas teorias de assimilação e adaptação. A comunidade étnica já não é mais um gueto estático fadado ao desaparecimento à medida em que as práticas comunitárias vão se tornando obsoletas e as gerações seguintes vão, inevitavelmente, sendo integradas à maioria. Numa cidade como Hamamatsu é possível ter uma vida “brasileira” mesmo estando no Japão. É possível comer à brasileira, ser atendido em órgãos públicos e fazer operações bancárias em português. Do mesmo modo, pode-se assistir a programação televisiva do Brasil, seja na TV paga seja pela internet. Ir e voltar ao Brasil também não é problema. A legalidade da situação do migrante brasileiro no Japão permite que o trânsito fácil entre os dois países. Como afirma SASAKI, a relação do migrante brasileiro com Japão ainda é travada através da idéia de temporariedade, a despeito mesmo da consciência de uma estadia de longo prazo.

Nesse ínterim, seria ousado dizer que as práticas transnacionais forjaram, no Japão, a necessidade de uma escola étnica brasileira que assume a função que, em outras realidades, seria da escola pública? As escolas étnicas brasileiras privilegiam o currículo educacional brasileiro, o ensino da/em língua portuguesa e oferecem poucas horas de língua japonesa semanais. Tomando como o exemplo as escolas étnicas chinesas dos Estados Unidos descritas por ZHOU & LI como sistema complementar de ensino, há uma severa diferença de funções. Portanto, os alunos dela oriundos dificilmente poderão desenvolver as competências e habilidades necessárias para ingressar no mercado de trabalho reservado aos nativos. Considerando isso, é mister pensar no papel desses estabelecimentos no processo de adaptação das crianças brasileiras vivendo no Japão. Desvendar essa questão e apontar caminhos são os desafios que os pesquisadores interessados na problemática da segunda geração de brasileiros no Japão têm pela frente.

5. Bibliografia

Gaikokujin No Kodomo No Kyooiku Kankyoo Ishiki Choosa - Hookokusho. Hamamatsu-shi Kikakubu Kokusaika: 2005.

Hamamatsu-shi Ni Okeru Nanbeikei Gaikokujin No Seikatsu / Shuuroo Jittai Choosa - Hookokusho. Hamamatsu-shi Kikakubu Kokusaika: 2007.

INUI, Akio. "Why Freeter and NEET Are Misundertood: Recognizing the New Precarious Conditions of Japanese Youth". *Social Work & Society*, Volume 3 Issue 2, 2005. Available at <<http://www.socwork.net/inui2005.pdf>>. Accessed on August, 2007.

ISHIKAWA, Eunice Akemi. "Kazoku Wa Kodomo No Kyooiku Ni Doo Kakawaru Ka". In *Readings - Nihon No Kyooiku To Shakai - Dai 3 Kan Kosodate Shitsuke*, editado por Teruyuki Hirota. Nihon Tosho Center, 2006.

PORTES, A. & RUMBAUT, R. *Legacies: The Story Of The Immigrant Second Generation*. California: University of California Press, 2001.

SASAKI, Elisa Massae. "Dekasseguis: Migrantes Brasileiros No Japão". In *Anais do Encontro Brasileiro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. ABEP, 1998. Disponível em <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=125&nivel=3>. Acessado 30 de maio de 2006.

SEKIGUCHI, Tomoko. "Zainichi Nikkei Burajiru Kasoko To Dai Ni Seidai no Identity Keisei Ka-tei: CCK/TCK No Shiten Kara". *Kasoku Shakaigaku Kenkyuu Dai 18 Kan Dai Ni Go*, 2007.

Shorai Wo Ninau Kodomotachi No Tame Ni. Gaikokujin Shuujuu Toshi Kaigi: Tokyo, 2006.

TAKENOSHITA, Hirohisa. "Circular Migration and its Socioeconomic Consequences: The Economic Marginality among Japanese Brazilian Migrants in Japan." In *Asian Cities, Migrant Labour and Contested Spaces*, editado por Tai-Chee Wond & Jonathan Rigg. Copenhagen: NIAS press, no prelo.

TSUDA, Takeyuki. *Strangers In The Ethnic Homeland*. Columbia University Press, 2003.

ZHOU, Min & KIM, Susan S. "After-School Institutions In Chinese And Korean Immigrant Communities: A Model For Others?". In *Migration Information Source*, maio de 2007. Disponível em <www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=598>. Acessado em março de 2008.

_____ & LI, Xi-Yuan. "Ethnic Language Schools and the Development of Supplementary Education in the Immigrant Chinese Community in the United States". In *New Directions for Youth Development: Understanding the Social Worlds of Immigrant Youth* (Winter): 57-73, 2003.